

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 27, DE 2019

Propõe que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realize fiscalização e controle nas ações do Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias vinculadas, referentes às ações de monitoramento e fiscalização do desmatamento nos diferentes biomas do país, efetivadas desde 01/01/2019.

Autor: Deputado NILTO TATTO

Relator: Deputado NELSON BARBUDO

I – RELATÓRIO FINAL

No dia 3 de maio de 2021, atendendo aos requerimentos REQ 7/2021 CMADS, dos deputados Camilo Capiberibe e Joenia Wapichana e REQ 9/2021 CVT, do deputado Coronel Tadeu, o ministro Salles discorreu, por quinze minutos, sobre a atuação dos órgãos sob seu comando. Após, respondeu aos questionamentos dos parlamentares, em uma reunião que durou mais de três horas. Tomo por base, portanto, seu depoimento, para fins de apresentação deste relatório.

O ministro Salles começou discorrendo sobre o Projeto de Lei 3.729/2004, que trata do licenciamento ambiental, e a necessidade de um marco legal moderno, que não seja empecilho ao desenvolvimento do país. Em sequência, relatou as dotações orçamentárias do Ministério do Meio Ambiente, que vêm sendo reduzidas desde 2012. Ressaltou que o período de maior redução orçamentária da pasta foi entre os anos de 2014 e 2015, quando se reduziu à metade a verba destinada ao seu ministério. Após isso, o declínio do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nelson Barbudo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216707584000>



orçamento continuou, mas de forma menos acentuada. O impacto dessas reduções, segundo o ministro, é visível na dificuldade de renovação dos quadros mediante concurso. Tal fragilização orçamentária seria, portanto, responsável por comprometer a plena atuação do ministério e de suas autarquias.

Citou as emendas parlamentares ao orçamento de 2021, exemplificando os valores de diversos ministérios, demonstrando que, na Esplanada, o MMA recebeu apenas 96 emendas, somando R\$62 milhões (50 vezes menor que o destinado ao Ministério do Desenvolvimento Regional, por exemplo). Destacou que a recomposição orçamentária do MMA poderia ter sido feita pelos parlamentares críticos ao governo.

No que tange ao desmatamento, lembrou que 2020 está longe de representar um recorde na série histórica, justificando sua afirmação com os anos de 2004 a 2006, que tiveram desmatamento quase três vezes superior ao do ano passado. Alertou ainda para o fato de que, após chegar ao mínimo em 2012, o desmatamento vem crescendo desde então, não sendo fenômeno restrito ao atual governo.

Explicou o aumento do desmatamento a partir de 2012 pelo abandono dos 23 milhões de amazônidas, que enfrentam os piores índices de desenvolvimento humano devido à falta de regularização fundiária, de implementação do zoneamento ecológico-econômico e de políticas que valorizem a bioeconomia. Destacou ainda a demora em implantar pagamento por serviços ambientais, algo realizado somente pelo Governo Bolsonaro, com o Programa Floresta+. Acusou ainda os governos anteriores de negligenciarem as ações de comando e controle, e de não dialogar com o setor privado.

Recomendou aos críticos do Governo Brasileiro que contribuam para o Programa Adote um Parque, como oportunidade de ação concreta para conservação da floresta. Citou o ministro Paulo Guedes, que declarou, no Fórum Econômico Mundial de Davos, que a pobreza e a miséria, e a falta de desenvolvimento incentivam a cooptação por atividades ilegais.

Afirmou que, em 2019, graças à Operação Verde Brasil 1, houve o menor número de queimadas dos últimos 20 anos, nos meses de



setembro a novembro. Que as queimadas foram controladas ao longo de 2020 e que União e estados estão prontos para debelar as queimadas em 2021. Imputou o aumento de queimadas em 2019 às condições climáticas atípicas, e à falta de limpeza dos campos por queima preventiva.

II - VOTO DO RELATOR

A presente proposta de fiscalização e controle foi apresentada no primeiro ano do Governo Bolsonaro. Mas, nas palavras do ministro Salles, “o ano de 2019, graças à Operação Verde Brasil 1, teve os menores índices de queimadas dos últimos 20 anos”. O ano de 2020, em função da pandemia, não permitiu o funcionamento normal das comissões desta casa, ficando também a presente ação de fiscalização e controle inativa. Ao iniciarmos os trabalhos de 2021, logo recebemos a maior autoridade ambiental federal, para que se manifestasse.

Por considerar satisfatórios os esclarecimentos do Ministro do Meio Ambiente, não restando nenhuma providência a ser adotada por parte desta Comissão, voto pelo encerramento e arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle 27/2019.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado NELSON BARBUDO
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nelson Barbudo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216707584000>

